

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIUNFO**  
**GOVERNO DO MUNICÍPIO**

**LEI Nº 290/97 de 02 de setembro de 1997.**

**Cria o Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Triunfo-PB, e dá outras providências.**

**O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE TRIUNFO, Estado da Paraíba, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a presente Lei.**

**CAPITULO I**  
**DOS OBJETIVOS**

**Art. 1º** - Fica criado o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, Órgão deliberativo, de caráter permanente e de âmbito municipal.

**Art. 2º** - Respeitadas as competências exclusivas do Legislativo Municipal, compete ao Conselho Municipal de Assistência Social.

- I - definir as prioridades da política de Assistência;
- II - estabelecer as diretrizes a serem observadas na elaboração do plano Municipal de Assistência;
- III - aprovar a política Municipal de Assistência Social;
- IV - atuar na formulação de estratégias o controle da execução da política de Assistência Social;
- V - propor critérios para a programação e para a execução financeira e orçamentarias do Fundo Municipal de Assistência Social, e fiscalizar a movimentação e aplicação dos recursos.
- VI - acompanhar critérios para programação e para as execuções financeiras e orçamentarias do fundo municipal de Assistência Social, e fiscalizar a movimentação e aplicação dos recursos.
- VII - acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços de assistência prestados á população pelos órgãos entidades públicas e privadas no Município;
- VIII - aprovar critérios de qualidade para o funcionamento dos serviços de assistência social públicos e privados no âmbito municipal.
- IX - aprovar critérios para celebração de contratos ou convênios entre o setor público e as entidades privadas que prestam serviços de assistência social no âmbito municipal;
- X - apreciar, previamente, os contratos e convênios referidos no inciso anterior;
- XI - **ELABORAR E APROVAR SEU REGIMENTO;**
- XII - Zelar pela afeição do sistema descentralizado e participativo de assistência social;
- XIII - convocar ordinariamente a cada 02 (dois) anos ou extraordinariamente por maioria absoluta de seus membros, a conferência municipal de assistência social, que terá a atribuição de avaliar a situação social, e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do sistema;
- XIV - acompanhar e avaliar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos programas e projetos aprovados.
- XV - aprovar critérios de concessão e valor dos benefícios eventuais.

**CAPÍTULO II**  
**DA ESTRUTURA E DO FUNCIONAMENTO**  
**SESSÃO I**  
**DA COMPOSIÇÃO**

**Art. 3º** - O CMAS terá a seguinte composição:

- I - Do Governo do Municipal;
  - a) - Representante da secretaria de ação social;
  - b) - Representante da secretaria de saúde.
  - c) - Representante da secretaria de administração e finanças.
  - d) - Representante das escolas estaduais no município.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIUNFO**  
**GOVERNO DO MUNICÍPIO**

II - Representantes dos prestadores de serviço da área:  
a) - Representante da pastoral da criança e entidades de atendimento à infância e adolescência;

b) - Representante da Igreja;

III - Dos Usuários:

a) - Representante das entidades ou associações comunitárias;

b) - Representante dos sindicatos e entidades de trabalhadores;

§ 1º - Cada titular do CMAS terá um suplente, oriundo de mesma categoria representativa.

§ 2º - Somente será admitida a participação no CMAS de entidades juridicamente constituídas e em regular funcionamento.

§ 3º - A soma dos representantes que tratam os incisos II e III do presente artigo não será inferior à metade do total de membros do CMAS.

**Art. 4º** - Os membros efetivos e suplentes do CMAS serão nomeados pelo prefeito municipal, mediante indicação:

I - Da autoridade estadual ou federal correspondente quanto às respectivas representações;

II - Do único representante legal das entidades nos demais casos.

**Parágrafo único** - Os representantes do governo municipal serão de livre escolha do prefeito.

**Art. 5º** - A atividade dos membros do CMAS reger-se-á pelas disposições seguintes:

I - O exercício da função de conselheiro é considerado serviço público relevante, e não será remunerado.

II - Os conselheiros serão excluídos do CMAS e substituídos pelos respectivos suplentes em caso de faltas injustificadas a 03 (três) reuniões consecutivas ou 05 (cinco) reuniões intercaladas;

III - Os membros do CMAS poderão ser substituídos mediante solicitação da entidade ou autoridade responsável, apresentada ao Prefeito Municipal;

IV - Cada membro do conselho terá direito a único voto na sessão plenária;

V - as decisões do CMAS serão consubstanciadas em resoluções.

**SESSÃO II**  
**DO FUNCIONAMENTO**

**Art. 6º** - O CMAS terá seu funcionamento regulamentado por regimento interno próprio e obedecendo às seguintes normas:

I - O plenário é o órgão de deliberação máxima;

II - As sessões plenárias serão realizadas ordinariamente a cada mês, e extraordinariamente, quando convocadas pelo presidente ou por requerimento da maioria dos membros.

**Art. 7º** - A Secretaria Municipal de Ação Social ou equivalente prestará o apoio administrativo necessário ao funcionamento do CMAS.

**Art. 8º** - Para o melhor desempenho de suas funções o CMAS poderá recorrer a pessoas e entidades, mediante os seguintes critérios:

I - Consideram-se colaboradoras do CMAS as instituições formadoras de recursos humanos para a assistência social e as entidades representativas de profissionais e usuários dos serviços de assistência social sem embarco de sua condição de membro;

II - Poderão ser convidadas pessoas ou instituições de notória especialização para assessorar o CMAS em assunto específicos.

**Art. 9º** - Todas as sessões do CMAS serão públicas e precedidas de ampla divulgação.

**Parágrafo Único** - As resoluções do CMAS, bem como os temas tratados em plenário de diretoria e comissões, serão objetos de ampla e sistemática divulgação.

**Art. 10** - O CMAS elaborará seu regimento interno no prazo de 60 (sessenta) dias após a promulgação da Lei.

8

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIUNFO**  
**GOVERNO DO MUNICÍPIO**

**Art. 11** - A Secretaria Municipal a cuja competência estejam afetas as atribuições, objeto da presente lei, passará a chamar-se Secretaria de Ação Social.

**Art. 12** - Fica o Prefeito Municipal autorizado a abrir crédito especial no valor de R\$ 1.000,00 (Hum mil reais) para promover as despesas com instalação do CMAS.

**Art. 13** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITURO MUNICIPAL DE TRIUNFO-PB**, em 02 de setembro de 1997.

  
**JOÃO PEREIRA JÚNIOR**  
Prefeito Municipal